



FORMAÇÃO CONTINUADA COMO UM DESAFIO PARA OS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Thomaz Deyvid Oliveira Silva de Souza¹
Maria Iviane Graça da Silva²

RESUMO

Este artigo objetiva refletir sobre a dificuldade que tem sido e estar sendo em relação a formação continuada para os professores da Educação Infantil, com uma pesquisa bibliográfica dialogando com alguns autores e com a legislação, levando a compreender melhor porque muitos professores não buscam essa formação, pensando a partir da formação iniciada que tiveram ou não, abordaremos também questões sobre a nova estrutura da Educação brasileira e falaremos sobre a carreira docente, tudo provindo de um processo. Compreendo o papel da família com suas contribuições que leva também o professor a perceber as crianças que como um ser cultural trazem consigo conhecimentos ainda que muitas vezes não formal, mas que tem sua importância e partir daí eles poder pensar melhor em um planejamento significativos para suas aulas. Considerando que a cada planejamento bem elaborado estará de certa forma já dando continuidade a sua formação. E apesar da importância da formação continuada, ela se apresenta como um desafio, e pensando nisso utilizamos em nossa metodologia a análise de documento e livros, leis, e observando a realidade e do professores que tivemos oportunidade de conhecer, para pensa numa formação que busca sempre ressignificar a atual pratica docente para conseguir de fato transformar uma parte mundo dentro de uma escola, de sala de aula e dentro das pessoas, que caminha para superação com todas as dificuldades e problemas que irão surgir, o que será muitas vezes inevitável ou atraído pela falta de recursos e valorização, mas não insuperável.

Palavras-chave: Formação continua, Educação Infantil, Desafio para os professores, Profissão docente.

INTRODUÇÃO

Pensar em desafios para os professores da educação infantil é o mesmo que pensar na própria prática docente, enquanto se vive e trabalha sob a influência dos novos hábitos do mundo contemporâneo.

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, stipcwin5@gmail.com;

² Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, mariaiviane17@hotmail.com.

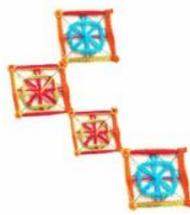


É inegável que nos últimos 30 anos como nos apresenta Imbernón (2010) que não tenha acontecido muitos avanços sobre o que compreende por Formação Continuada de professores, e que no século XXI alguns retrocessos também foram ficando muito visíveis, pois, o que se pensava sobre um professor pensativo, reflexivo e pesquisador, estavam ficando apenas, como um compromisso no papel e não tanto na prática.

E ao percebermos a grande necessidade de refletirmos sobre a formação continuada para os professores da educação infantil, que surge justamente pela percepção da existência da grande carência de uma preparação para atuar nas escolas, nas salas de aula, da parte de muitos professores que já atuam nas escolas, e pelo fato de “vivermos um momento de muitas discussões, interrogações...”(CRAIDY e KAERCHER 2001 p.23) que sendo umas realidades nas universidades, por se demonstrarem abertas a discussões e interrogações, mas e que aos poucos chega também a aqueles que já estão nas escolas. Abrimos assim esta discussão que já é de entendimento de muitos teóricos também da atualidade, mas que é preciso retornar e tornar ainda mais atual para que desperte nos professores o desejo de continuarem sempre se formando e aos que ainda não concluíram a graduação já tenham esta consciência que se fará precisa.

E dentre estes teóricos, um que vem se tornando uma das principais referências sobre este formação é Perrenoud(2000) que nos apresenta uma compreensão sobre 10 competências profissionais para ensinar, que são elas: 1- organizar e dirigir situações de aprendizagem; 2- administrar a progressão das aprendizagens; 3- conceber e fazer com que os dispositivos de diferenciação evoluam; 4- envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho; 5- trabalhar em equipe; 6- participar da administração da escola; 7- informar e envolver os pais; 8- utilizar novas tecnologias; 9- enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão; 10- administrar a própria formação continua.

Fazendo com que o professor realmente se perceba com um profissional da Educação que com habilidades poderá desenvolver competências, que o ajudara a atual de fato como um pesquisador um transformador, cada ação do professor precisa ser transformadora e não mera reprodução de algo, sem um planejamento, uma preparação ainda que cada o resultado não seja o ele espera, mas é importante também para repensar na sua prática.



A formação professor é importante e continuar nela é necessário para encontrar sua real identidade docente e não apenas um cuidador, mas realmente um profissional da Educação. Pois como se sabe foi especialmente com a Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 9.394/96 Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, que a Educação Infantil, teve seu lugar reconhecido e obrigatório na formação do indivíduo, como primeira etapa da Educação Básica, que deve ser ofertado para todas as crianças, significa dizer que antes disso a educação para as crianças ainda não estava organizada, com todas as especificidades que temos hoje, e formação dos professores neste tempo não eram tão discursivas, como vemos nas universidades e nas políticas públicas da contemporaneidade.

Iremos aqui compreender a importância de uma formação inicial primeiramente, como necessariamente uma formação continuada posteriormente, e o que faz muitas vezes a continuada de ser um desafio é o fato de que desde a formação inicial não foi despertado no profissional a desejo de ser pesquisador e um mediador entre os alunos, e não um detentor de saberes, e ainda mais uma das dificuldades é quando o professor não teve nem a formação inicial, como por exemplo: a graduação e/ou o magistério.

Cabendo assim pensaremos na estrutura da educação, na carreira do docente, buscando voltar para a nascente para chegar às margens, ou seja, compreender o processo histórico de antes, que também não está tão longe, para chegarmos a compreender melhor o que temos hoje, que não é outro processo, mas sim outra realidade, que está interligada numa estrutura antiga e vivendo de certa forma uma ruptura com práticas que hoje não funcionam tanto como antes.

METODOLOGIA

Através de leitura de livros, das leis mais pertinentes em relação à Educação, o artigo foi escrito durante as aulas da disciplina Planejamento, Currículo e Avaliação, considerando que esta é uma pesquisa bibliográfica, o principal instrumento para a coleta de dados foram as leituras dos livros e leis, como também nossa própria leitura de mundo, compreendendo que já nos deparamos em outros momentos com professores que não tinham a devida formação o que muito nos intrigou e como mais um impulso nos levou a



escrever sobre, trilhando como um percurso de tres meses para a conclusão e avaliação dos resultados.

REFERENCIAL TEÓRICO

É preciso compreender melhor como se deu a atual estrutura e funcionamento da Educação brasileira, pois a educação escolar que temos hoje bem como a formação que é ofertada nas universidades faz tudo parte de um processo histórico, sempre partindo de necessidade que cada época apresenta, como também muitas leis e principalmente sobre a Educação, que nas maiorias das vezes só eram e ainda são alcançadas por meio de lutas e persistência.

A base da atual estrutura e funcionamento da educação brasileira teve a sua definição num momento histórico importante, com a aprovação da Lei nº 5.540/68, da Reforma Universitária. Muitas das medidas adotadas pela reforma de 1968 continuam, ainda hoje, a orientar e conformar a organização desse nível de ensino. (NEVES in SOARES, 2002, p. 39).

Desta forma Neves (2002) destaca os dispositivos que segundo ela são os mais importantes implementados pela lei, e aqui destaco um deles:

“A organização das universidades passou a atender às seguintes características: extinção do antigo sistema de cátedras e introdução da estrutura fundada em departamentos; unidade de patrimônio e administração; estrutura orgânica com base em departamentos reunidos ou não em unidades mais amplas; unidade de funções de ensino e pesquisa, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes e estabelecida à racionalidade de organização, com plena utilização dos 42 recursos materiais e humanos; universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos; flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de pesquisa.” (NEVES in SOARES, 2002, p. 41)

Aqui envolve uma discussão sobre a qualidade da estrutura das universidades, que tem sua relevância de certo modo quando fazemos uma reflexão sobre as instituições de antes e as de hoje, que precisou passar por muitas mudanças, como por exemplo, nem todos tinham acesso a elas e hoje estar mais acessível à população sejam de classe média ou não.

Ainda que existam outros meios de ter uma formação uma qualificação, como a Educação a distância (EAD), públicas e particulares, importa ainda quem mais será



contemplado com esta formação além dos professores? Se não as crianças que eles irão ensinar, a escola que irão receber esses profissionais, enfim, estar aí, mais uma vez a necessidade de buscar ter uma formação inicial de boa qualidade. Como já é assegurada por lei, que o Governo também ofereça.

E com a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 já podemos perceber nos Princípios e Fins na Educação Nacional no Título II: Art. 2 “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1968) Ou seja, não é mais somente a família que tem o papel de se preocupar com a educação para seus filhos, mas também já é dever do Estado ofertar a educação, mas cabe ainda pensar como se dará esta educação? E pensar nisto é pensar também na formação, no desenvolvimentos das crianças, e grande parte da construção do saber e descobertas de capacidades e habilidades parte da forma com for mediado os conhecimentos, e quem estar mediando.

Compreendendo que a educação familiar não deve ser desconsiderada, mas sim, contextualizada, promovendo um diálogo entre a família, a escola, e os ambientes que fazem parte da vida dos alunos, pois tudo ao seu redor pode servir como objetos que irão contribuir para sua formação como pessoas, como cidadãos. “Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (BRASIL, 1996)

O professor precisa ter consciência, ou renovar a consciência de qual é seu papel dentro do corpo docente, pois sabendo ele o que precisa fazer, já é um passo para alcançar possíveis soluções sejam para a escola, instituições onde trabalha seja na vida de seus alunos, e mais que isso ainda alcançara melhoria para sua própria prática docente. Pois o professor não deve ser só um reprodutor do que está nos livros mais um mediador que vai além dos livros para vida real.

No momento em que estamos vivendo muitas mudanças sócias, a escola por vezes mesmo que mude suas concepções, seus hábitos e busquem ter um olhar mais atento as necessidades e demandas recebidas nos dias atuais, em relação ao professor, a família, a todo corpo da escola, e especialmente dos alunos, ainda vive no processo lento, mas não



parada, pois muitas coisas já foram conquistadas como ruptura de um ensino tradicional, ao menos por lei, esta é a previsão e a realidade não de todos, mas de uma boa parte. Ruptura esta que estar ligada as estratégias de ensino, a maneira que é oferta a proposta de trabalho, os objetivos que tendem ser alcançados, o perfil do professor tudo em relação a prática pedagógica.

Os sistemas de ensino, no Brasil, são organizados em regime de colaboração entre a União, os Estados e o Distrito Federal (art. 211, § 1 a 4): à União, cabe a organização do sistema de ensino federal e dos Territórios, financiando as instituições públicas federais e exercendo, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; aos Municípios cabe a responsabilidade de atuarem, prioritariamente, no ensino fundamental e na educação infantil; os Estados e o Distrito Federal atuam principalmente no ensino fundamental e médio definindo formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. Nos últimos anos, Estados e Municípios passaram a atuar, também, no nível superior. (NEVES in SOARES, 2002, p. 39)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É através da formação continuada que professores e gestores das instituições se tornam mais capacitados, com a finalidade de causar mudanças no ambiente escolar, porém o que acontece nas maiorias das vezes é que o Estado também não estar atento a isto, e busca impor seu poder sobre a profissão docente, fazendo com muitos profissionais da educação não tenham acesso a uma formação adequada, sem salários dignos, que é inaceitável, principalmente para a organização das escolas, e passando a afetar todos que compõem o corpo da instituição.

A forma como o Estado tem encarado esta questão é paradigmática da vontade de substituir uma visão burocrático-centralista por uma função de regulação-avaliação, que prolongue (e legitime) o seu controle sobre a profissão docente. A formação contínua tende a articular-se em primeira linha com os objetivos do sistema, nomeadamente com o desenvolvimento da reforma. É uma visão inaceitável, uma vez que não concebe a formação contínua na lógica do desenvolvimento profissional dos professores e do desenvolvimento organizacional das escolas. (NOVOA, p.09).

Indo mas além, também não se pode negar que sim é dever do Estado ofertar as formações como também é deve do professor ir em busca delas, mesmo quando o estado



não ofertada, porém é de muita importância que o Estado ofereça também, pois nestes encontros serão possibilitados momentos mais amplos e discursivos, bem como uma valiosa troca de conhecimentos, produção de conhecimentos, experiências poderão ser compartilhadas, para que os profissionais percebam cada vez mais o valor e a grandiosidade da sua carreira e como ele também pode contribuir para a formação dos seus colegas de trabalhos.

De acordo com JACOMINI e PENNA (2016) o estado tem se empenhado para melhorar o salário dos professores, tendo em vista que está muito longe e bem inferior se comparado a outras profissões de nível superior, mesmo com leis que preveem a valorização do profissional da educação básica, ainda se mostra ausente em relação à promessa dos professores. (apud GATTI e BARRETO 2009)

Ao analisarem as políticas educativas no Brasil, Gatti e Barreto (2009) afirmam a importância de considerar o esforço, por parte do Estado, para melhorar as condições salariais e de carreira dos professores, em que pesem os inúmeros impasses e desafios a serem enfrentados, no que tange à valorização do magistério. Com relação aos salários, pontuam que, se comparados ao de outras profissões que exigem nível superior, não são atraentes; quanto à carreira, afirmam que, apesar de a LDB 9.394/96 (Lei BR nº 9.394, 1996) prever a valorização dos docentes da educação básica, verifica-se a ausência de planos estruturados de modo a oferecer horizontes promissores aos professores, além da falta de perfil profissional claro. Para as autoras, as condições de remuneração e carreira dos professores não correspondem à formação exigida e nem às responsabilidades sociais implicadas em seu trabalho. (JACOMINI e PENNA, 2016 p. 183)

Visto que o profissional estará primeiro buscando dentro de suas condições aprimorar sua formação, mas que “a formação continuada de professores passa pela condição de que estes vão assumindo uma identidade docente, o que supõe a assunção do fato de seres sujeitos da formação, e não objetos dela, como meros instrumentos maleáveis e manipuladores nas mãos dos outros.” (IMBERNÓN, 2010 p.11) sendo que também é prioridade do Ministério de Educação que são necessariamente especificadas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). “Um dos principais pontos do PDE é a formação de professores e a valorização dos profissionais da educação” (BRASIL p.16)

O professor que conseguiu olhar para além da sala de aula, para além dos livros didáticos tem mais chances de conseguir mediar os conhecimentos já trazidos pelos



alunos e suas dúvidas, com também suas dificuldades, fazendo um elo com o conhecimento mais sistematizado, mas que seus alunos consigam ter um contato melhor consigo mesmo com o ambiente com as pessoas e saber viver em sociedade como cidadão de bem.

Certos que dizer que o professor precisa promover na vida das crianças já é assegurado por lei, como por exemplo, em relação à organização do ensino, no artigo 211, na Constituição Federal 1988 “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. (EC no 14/96, EC no 53/2006 e EC no 59/2009)”, estar não estar implícito, mas claro

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. (BRASIL, 1988)

Sendo assim é dever do Estado organizar sistema federal de ensino público que envolvera a questão financeira, como os materiais, assegurando o ensino que é obrigatório a todos. Infelizmente não é o que vemos geralmente em algumas escolas públicas, que em uma realidade precária de estrutura física e humana (quando os profissionais não têm formação e dão aulas e recebem crianças sem a menor qualificação) torna-se os desafios que já existe ainda mais complicados de serem superados gerando mais conflitos, pois o profissional da educação necessita compreender bem qual seu papel, e trabalhar sempre traçando metas para alcançar os objetivos, e conseguir melhores resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Entende-se logo que ao longo do artigo o que é visto como um desafio, quase que dispensável, assume um lugar de muita importância e necessário para o profissional da educação. Pois, se o profissional conhece seus deveres e direitos, torna-se mais direcionado seu caminho e conseqüentemente encontrar de forma mais prática maneiras de fazer seus projetos, seus planos de aulas, e tudo isso tornara melhor sua prática e sua carreira docente será realizada como mais sentido e será mais significativa.

A formação continuada surge, pois, como uma necessidade de aprimora as práticas do profissional da educação, como uma ponte entre a realidade cheia de desafios e problemas e a suposta solução que se espera que ele encontre através da sua busca por conhecimentos e desejo de torná-lo compartilhados para seus colegas de trabalhos, para quem o procura e muito mais para seus alunos, que mesmo que não peçam, querem encontrar sentido e gosto pela escola, por estudar e também compartilhar suas experiências.

Reflexões que levar-nos a indagar sobre: práticas antigas, atuais e futuras, pois é pensando nas que já passaram, vendo as de hoje que podemos corresponder com práticas melhores.

E vale salientar para que se percebam atuantes e ativos na contribuição de transformar as vidas o professor deverá observar se suas ações na sala de aula e além dela estão sendo significativas ou apenas reproduções de conhecimentos que muitas vezes já ultrapassaram a realidade das crianças ou ainda é uma realidade muito distantes delas? E esta resposta para isso encontra-se quando se permite assumir que precisa de melhoria, que é necessário ser formar se capacitar sempre, pois a cada aula, a cada turma ou escola diferente surgem novas experiências, e novas demandas para o próprio crescimento intelectual.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html> > acesso em: 04 de maio do ano 2018



CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. Educação Infantil: Pra que te quero. – Porto Alegre: Artmed, 2001.

IMBERNÓN, Francisco. Formação Continuada de Professores. Editora Artmed. 2010

JACOMINI, Márcia Aparecida; PENNA, Marieta Gouvêa de Oliveira. Carreira docente e valorização do magistério: condições de trabalho e desenvolvimento profissional. São Paulo: UNIFESP, 2016.

MEC. O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/livromiolov4.pdf>. acesso em: 08 de maio do ano 2018

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. in SOARES, Maria Susana Arrosa. (Org). A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL. Porto Alegre: UNESCO, 2002.

NÓVOA, António. Formação de Professores e Profissão Docente. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD_A_Novoa.pdf> Acesso em: 04 de maio do ano 2018

PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar / Philippe Perrenoude; trad. Patrícia Chittone Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2000. 192 p.; 23 cm.